



CONCURSO PÚBLICO

32. PROVA OBJETIVA

ANALISTA – NÍVEL I
(ÁREA DE ATUAÇÃO: CONTÁBIL)

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 30 QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO IMPRESSOS NA CAPA DESTA CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ MARQUE, NA FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS, QUE SE ENCONTRA NO VERSO DESTA PÁGINA, A LETRA CORRESPONDENTE À ALTERNATIVA QUE VOCÊ ESCOLHEU.
- ♦ TRANSCREVA PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, TODAS AS RESPOSTAS ANOTADAS NA FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 3 HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA.
- ♦ AO SAIR, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO, PODENDO DESTACAR ESTA CAPA PARA FUTURA CONFERÊNCIA COM O GABARITO A SER DIVULGADO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.



CONCURSO PÚBLICO

32. PROVA OBJETIVA

ANALISTA – NÍVEL I
(ÁREA DE ATUAÇÃO: CONTÁBIL)

QUESTÃO	RESPOSTA
01	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
02	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
03	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
04	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
05	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E

06	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
07	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
08	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
09	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
10	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E

11	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
12	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
13	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
14	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
15	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E

QUESTÃO	RESPOSTA
16	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
17	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
18	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
19	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
20	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E

21	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
22	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
23	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
24	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
25	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E

26	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
27	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
28	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
29	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E
30	<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 01.** A Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas de finanças públicas, estabelece ainda a responsabilidade
- (A) na gestão fiscal, que pressupõe a ação planejada e transparente.
 - (B) no planejamento de metas e instituição do plano plurianual.
 - (C) na elaboração das diretrizes orçamentárias.
 - (D) no desenvolvimento dos orçamentos anuais.
 - (E) na programação dos princípios orçamentários.
- 02.** No Brasil, o sistema de planejamento integrado, também conhecido como Processo de Planejamento-Orçamento, atendendo ao mandamento da Constituição Federal, consubstancia-se nos seguintes instrumentos:
- (A) plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei de orçamentos anuais.
 - (B) plano plurianual e projeto orçamentário.
 - (C) projeto orçamentário e lei de incentivos.
 - (D) lei de responsabilidade fiscal e lei de orçamentos.
 - (E) princípios orçamentários e sistema orçamentário.
- 03.** A lei que institui o plano plurianual estabelecerá, de forma
- (A) abrangente, às instituições públicas e privadas, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
 - (B) abrangente, às instituições públicas e privadas, objetivos e metas da administração pública estadual para as despesas e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
 - (C) regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
 - (D) limitada, às instituições públicas, objetivos e metas da administração pública estadual e municipal para as despesas e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
 - (E) que envolva estados e municípios, as instituições públicas, objetivos e metas da administração pública estadual e municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- 04.** De acordo com a Lei n.º 4.320/64, o regime contábil adotado pela administração pública de escrituração é o
- (A) de competência.
 - (B) de caixa.
 - (C) tempestivo.
 - (D) misto.
 - (E) intempestivo.

- 05.** A Constituição Federal estabelece que a Lei Orçamentária Anual compreenderá
- I. o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
 - II. o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
 - III. o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público;
 - IV. normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos mistos e privados.
- Estão corretas
- (A) III e IV, somente.
 - (B) I, III e IV, somente.
 - (C) II, III e IV, somente.
 - (D) I, II e III, somente.
 - (E) I, II, III e IV.
- 06.** Além das disposições estabelecidas na Constituição Federal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá dispor sobre
- I. equilíbrio entre receitas e despesas;
 - II. critérios e forma de limitação de restos a pagar, a ser efetivada nas hipóteses previstas na Constituição Federal;
 - III. normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
 - IV. demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
- Está correto o contido em
- (A) IV, somente.
 - (B) I e II, somente.
 - (C) I, III e IV, somente.
 - (D) II, III e IV, somente.
 - (E) I, II, III e IV.
- 07.** De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, “[...] observarão” as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.”
- A expressão acima refere-se
- (A) às arrecadações orçamentárias.
 - (B) às estruturas orçamentárias.
 - (C) aos princípios contábeis.
 - (D) aos regimes contábeis.
 - (E) às previsões de receita.

- 08.** A respeito do que determina a Lei n.º 4.320/64, a classificação econômica da receita está categorizada em
- (A) corrente e tributária.
 - (B) tributária e de contribuições.
 - (C) corrente e de capital.
 - (D) de contribuições e de serviços.
 - (E) de serviços e patrimonial.
- 09.** A despesa pública é classificada em
- (A) despesa interna e despesa externa.
 - (B) despesa orçamentária e despesa extra-orçamentária.
 - (C) despesa fundada interna e despesa a realizar.
 - (D) investimentos no setor primário e investimentos fundados.
 - (E) dívida interna primária e dívida interna secundária.
- 10.** De acordo com a Lei n.º 4.320/64, artigo 59, o empenho da despesa
- (A) poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
 - (B) poderá exceder o limite dos créditos concedidos quando autorizado pelo legislativo.
 - (C) excederá o limite dos créditos concedidos pelo poder executivo privado.
 - (D) está limitado, por força da Lei n.º 101/00, de acordo com os gastos públicos.
 - (E) não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
- 11.** Indique (V) para verdadeiro e (F) para falso, na questão a seguir e assinale a alternativa correta.
- De acordo com a Lei n.º 4.320/64, a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- Essa verificação tem por fim apurar
- () a origem e o objeto do que se deve pagar.
 - () a importância exata a pagar.
 - () a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.
 - () o valor a ser pago.
 - () a comprovação da dívida por meio de contrato ou nota fiscal.
- (A) V, V, V, F, F.
 - (B) V, V, V, V, V.
 - (C) F, V, V, V, V.
 - (D) F, F, V, V, V.
 - (E) F, F, F, V, V.
- 12.** Na contabilidade pública, de acordo com as conformidades legais, o exercício financeiro coincidirá com o (a)
- (A) ciclo operacional.
 - (B) ano civil.
 - (C) ano comercial estabelecido como societário.
 - (D) forma de apuração do resultado.
 - (E) período da apuração do resultado do exercício estabelecido como base 30 de junho daquele ano.
- 13.** O artigo 3.º da Portaria Interministerial n.º 163/01 dispõe que a classificação da despesa, segundo a sua natureza, compõe-se de
- I. elemento patrimonial;
 - II. transferências correntes;
 - III. categoria econômica;
 - IV. grupo de natureza da despesa;
 - V. elemento de despesa.
- Estão corretas
- (A) I, II e III, somente.
 - (B) I, III e IV, somente.
 - (C) II, III e IV, somente.
 - (D) III, IV e V, somente.
 - (E) I, II, III, IV e V.
- 14.** Em vista da necessidade de estabelecer um esquema de classificação que forneça informações mais amplas sobre as programações de planejamento e orçamento, e ao mesmo tempo, uniformizar a terminologia em nível de governo da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, foi elaborada a discriminação da despesa orçamentária por funções, substanciada como
- (A) classificação funcional programática.
 - (B) classificação programática orçamentária.
 - (C) funcionalidade do sistema público.
 - (D) funcionalidade do sistema integrado de despesas.
 - (E) administração da despesa pública primária.
- 15.** De acordo com a legislação em vigor, pode-se afirmar que a despesa orçamentária é
- (A) aquela cuja realização independe de autorização da câmara legislativa; em alguns casos, pode realizar sem crédito orçamentário correspondente.
 - (B) aquela cuja realização depende de autorização legislativa e não pode realizar sem crédito orçamentário correspondente.
 - (C) definida mediante a aprovação de lei no senado federal, com aprovação presidencial.
 - (D) aquela paga à margem da lei orçamentária e, portanto, independe de autorização legislativa somente presidencial.
 - (E) o conjunto de despesas a ser provisionado na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- 16.** O art. 35 da Lei n.º 4.320/64 determina que pertencem ao exercício financeiro
- (A) os períodos adicionais.
 - (B) os regimes de apuração do resultado.
 - (C) as provisões empenhadas.
 - (D) as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.
 - (E) as receitas nele provisionadas e as despesas nele incorridas, bem como pagas.

17. Uma Entidade deve manter um sistema de escrituração uniforme com seus atos e fatos administrativos, por meio de processo manual, mecanizado ou eletrônico. Nesse sentido, a escrituração contábil será executada

- I. em idioma e moeda corrente nacionais;
- II. em se tratando de multinacionais, em idioma e moeda corrente do país de origem;
- III. em forma contábil;
- IV. em ordem cronológica de dia, mês e ano;
- V. conforme os fatos modificativos e permutativos;
- VI. com ausência de espaços em branco, entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens;
- VII. com base em documentos de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

Estão corretas

- (A) I, II, III, IV, V, VI e VII.
- (B) I, II, III, V, VI e VII, apenas.
- (C) I, III, IV, V, VI e VII, apenas.
- (D) II, III, IV, V, VI e VII, apenas.
- (E) I, III, IV, VI e VII, apenas.

18. Indique (V) para verdadeiro e (F) para falso na questão a seguir e assinale a alternativa correta.

De acordo com as formalidades da escrituração contábil em forma eletrônica emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os documentos em papel podem ser digitalizados e armazenados em meio eletrônico ou magnético, desde que assinados e autenticados, conforme segue:

- () Os documentos digitalizados devem ser assinados pela pessoa física ou jurídica responsável pelo processo de digitalização, pelo contabilista responsável e pelo empresário ou sociedade empresária, que utilizarão certificado digital expedido por entidade devidamente credenciada pela ICP – Brasil.
- () Os documentos digitalizados podem ser assinados pela pessoa física ou jurídica responsável pelo processo de digitalização, pelo empresário ou sociedade empresária, que utilizarão certificado digital expedido por entidade devidamente credenciada pelo IBC – Brasil.
- () Os documentos digitalizados, contendo assinatura digital do contabilista, do empresário ou da sociedade empresária e da pessoa física ou jurídica responsável pelo processo de digitalização devem ser apresentados aos serviços notariais para autenticação nos termos da lei.
- () Os documentos digitalizados, contendo assinatura digital do empresário ou da sociedade empresária e da pessoa física ou jurídica responsável pelo processo de digitalização podem ser apresentados aos serviços notariais para autenticação nos termos da lei.

- (A) V, V, V, V.
- (B) V, V, V, F
- (C) F, V, F, V.
- (D) F, F, F, F.
- (E) V, F, V, F.

De acordo com o balancete apresentado, utilizando-se das práticas contábeis brasileiras, bem como das práticas usuais de análise de balanço, responda às questões de números 19 a 24.

CONTAS	Novembro de 2008 – Reais	Dezembro de 2008 – Reais
Bancos conta movimento	1.550	2.000
Duplicatas a Receber	480	420
Despesas Pagas Antecipadamente	45	50
Despesas com Impostos sobre Vendas	360	550
Imóveis	630	630
Fornecedores	150	380
Estoques	350	410
Provisão para Devedores Duvidosos	(100)	(80)
Custo das Mercadorias Vendidas	750	950
Contas a Pagar	120	120
Provisão de Férias	220	230
Móveis e Utensílios	180	180
Receita de Vendas	2.000	2.600
Despesas com Pessoal	400	410
Equipamento de Informática	300	300
Salários a Pagar	350	360
Receitas Financeiras	50	20
Impostos a Recolher	55	110
Capital Social	2.000	2.000

19. O Patrimônio Líquido, no mês de dezembro,

- (A) permaneceu inalterado.
- (B) aumentou em 150.
- (C) aumentou em 170.
- (D) diminuiu em 170.
- (E) aumentou em 250.

20. O Ativo total, no mês de dezembro,

- (A) aumentou em 430.
- (B) aumentou em 435.
- (C) diminuiu em 435.
- (D) aumentou em 475.
- (E) diminuiu em 475.

21. O Capital de Terceiros, nos meses de novembro e dezembro, é de, respectivamente,

- (A) 895 e 1.200.
- (B) 945 e 1.330.
- (C) 1.045 e 1.250.
- (D) 1.345 e 1.660.
- (E) 2.995 e 3.200.

22. O Ativo Circulante e Passivo Circulante em dezembro é de, respectivamente,
- (A) 2.750 e 1.200.
 - (B) 2.800 e 895.
 - (C) 2.750 e 895.
 - (D) 2.800 e 1.200.
 - (E) 3.910 e 3.200.
23. No mês de dezembro, o índice de liquidez corrente é de
- (A) 1,33.
 - (B) 2,33.
 - (C) 3,26.
 - (D) 4,22.
 - (E) 4,33.
24. No mês de dezembro, o giro do ativo é de
- (A) 0,33.
 - (B) 0,41.
 - (C) 0,52.
 - (D) 0,66.
 - (E) 0,76.
25. Conforme a NBC T 2.7, o balancete de verificação do razão contábil é a relação de contas, com seus respectivos saldos, extraída dos registros contábeis em determinada data. O grau de detalhamento do balancete deverá ser consentâneo com sua finalidade. Os elementos mínimos que devem constar do balancete são:
- (A) identificação da Entidade; período a ser levantado; nome das contas contábeis; número das contas contábeis; razão social; identificação do contador e endereço.
 - (B) identificação da Entidade; data a que se refere; abrangência; identificação das contas e respectivos grupos; saldos das contas, indicando se devedores ou credores; e soma dos saldos devedores e credores.
 - (C) identificação da Entidade; período a ser levantado; nome das contas contábeis; número das contas contábeis; razão social; identificação do contador e do representante legal; e endereço.
 - (D) finalidade com nomes e qualificação dos usuários da informação contábil; período a ser levantado; nome das contas contábeis; número das contas contábeis; razão social; e identificação do contador e do representante legal.
 - (E) identificação da Entidade, incluindo o CNPJ; data a que se refere e do período anterior; abrangência; identificação dos grupos de contas, apenas; saldos das contas, indicando se devedores ou credores; soma dos saldos devedores e credores; e conteúdo.
26. A Lei n.º 11.638/07, em seu artigo 177, § 5.º, determina que
- (A) as demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e serão obrigatoriamente submetidas a auditoria por auditores independentes nela registrados.
 - (B) no ativo diferido, sejam classificadas as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.
 - (C) no ativo intangível, sejam classificados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.
 - (D) as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários a que se referem as demonstrações financeiras das companhias abertas deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários.
 - (E) as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo estejam avaliadas pelo valor justo quando aplicável.
27. Superveniências ativas são movimentações que ocorrem por fatos inesperados que, por sua vez, ocorrem até por serem inevitáveis, mas sempre
- (A) diminuem o patrimônio.
 - (B) geram perdas.
 - (C) geram aumento das obrigações de curto prazo.
 - (D) geram aumento das obrigações de longo prazo.
 - (E) aumentam o patrimônio.
28. Determine o montante, no final de 10 meses, resultante de aplicação de capital de R\$ 10.000,00 à taxa de 10% a.m. de acordo com juros compostos.
- (A) R\$ 20.000,00.
 - (B) R\$ 21.948,73.
 - (C) R\$ 23.584,15.
 - (D) R\$ 24.769,56.
 - (E) R\$ 25.937,42.
29. Determine o montante, no final de 36 meses, resultante de um empréstimo no valor de R\$ 15.000,00 à taxa de 4% a.a. de acordo com juros compostos.
- (A) R\$ 16.800,00.
 - (B) R\$ 16.854,32.
 - (C) R\$ 16.872,96.
 - (D) R\$ 16.927,74.
 - (E) R\$ 61.558,99.

30. Indique (V) para verdadeiro e (F) para falso na questão a seguir e assinale a alternativa correta.

De acordo com o código de ética dos profissionais de contabilidade, no desempenho de suas funções, é vedado ao contabilista

- () assinar documentos ou peças contábeis elaborados por outrem, alheio à sua orientação, supervisão e fiscalização.
- () valer-se de agenciador de serviços, mediante participação deste nos honorários a receber.
- () revelar negociação confidenciada pelo cliente ou empregador para acordo ou transação de que, comprovadamente, tenha tido conhecimento.
- () intitular-se com categoria profissional que não possua, na profissão contábil.
- () elaborar demonstrações contábeis sem observância dos Princípios Fundamentais e das Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

(A) V, V, F, V, F.

(B) F, V, V, V, V.

(C) F, F, V, F, F.

(D) V, V, V, V, V.

(E) F, F, F, F, V.